

Nexos Econômicos
v. 16, n. 1, jan-jun. 2022
p. 100–129
doi.org/10.9771/rene.v16i1.55222



As teorias do valor trabalho incorporado (fisiológico) e abstrato (como relação social) coexistem

The incorporated (physiological) and abstract (as social relation) labor theories of value coexist

Tiago Camarinha Lopes¹

Resumo: Quando Marx transformou o socialismo utópico em ciência (conforme a terminologia empregada por Engels), ele criou um argumento singular em favor da teoria do valor trabalho. Por um lado, ele explicava que trabalho não cria naturalmente valor em todo e qualquer modo de produção. Por outro lado, ele permitia continuar com o exercício de equiparação quantitativa entre diferentes valores de uso com base no tempo de trabalho, sendo ele aplicável a qualquer formação socioeconômica. Essa duplicidade aparentemente contraditória é explicada pela tese de que a teoria do valor trabalho incorporado (fisiológico) e a teoria do valor trabalho abstrato (como relação social) coexistem. As características dessa coexistência são exploradas neste artigo junto com um esquema ilustrativo que destaca que a teoria estreita dos clássicos e dos socialistas utópicos está completamente contida na teoria mais geral de Marx.

Palavras-chave: Teoria do valor trabalho; Economia Política; Marx.

Abstract: When Marx transformed utopian socialism into a science (according to the terminology employed by Engels), he created a unique argument in favor of the labor theory of value. On the one hand, he explained that labor does not naturally create value in every mode of production. On the other hand, he allowed for the continued exercise of quantitative

¹Universidade Federal de Goiás. Autor(a) correspondente,
Email: tiagocamarinhalopes@gmail.com.

equivalence between different use values based on labor time, which is applicable to any socio-economic formation. This seemingly contradictory duality is explained by the thesis that the theory of embodied (physiological) labor value and the theory of abstract labor value (as a social relation) coexist. The characteristics of this coexistence are explored in this article, along with an illustrative scheme that highlights how the narrow theory of the classics and utopian socialists is completely contained within Marx's broader theory.

Keywords: Labor theory of value; Political Economy; Marx.

JEL codes: B14; B24; B51.

I Introdução

A teoria do valor trabalho é uma construção complexa que atravessa séculos na história do pensamento econômico. Não surpreende que ela conta com a participação de muitos pensadores. Apesar de ter sido posta de lado pela corrente marginalista ainda no final do século 19, ela vem se reafirmando neste século 21 como uma teoria do valor totalmente válida para a análise dos mais variados fenômenos econômicos, sociais e políticos. Para possibilitar um desabrochar ainda mais efetivo da teoria do valor trabalho é necessário reconhecer que a teoria geral do valor abarca múltiplas abordagens sendo que cada uma delas se desdobra em subcorrentes mais específicas. A imagem de uma árvore, onde o tronco simboliza a teoria geral do valor e suas diversas ramificações para variadas direções simbolizam a diversidade de abordagens que abarcam a totalidade dos pensadores da teoria do valor. O fato de cada um estar em seu galho não impede que se formem alianças estratégicas com o objetivo de fortalecer certas abordagens em detrimento de outras. Nesse sentido, se temos uma grande contraposição entre a teoria do valor trabalho e a teoria do valor utilidade, temos uma diferença menor entre distintas teorias do valor trabalho que, justamente por isso, exige um olhar ainda mais apurado.

A aproximação estratégica das distintas teorias do valor trabalho é, assim, fundamental para fortalecer a crítica à economia vulgar que triunfou com a revolução marginalista dos anos 1870. Tal pluralidade não pode, no entanto, ser confundida com um ecletismo superficial e é por isso que as diversas correntes de fundamentação de uma teoria do valor trabalho precisam estar devidamente integradas e submetidas àquele que é o sistema mais geral de teoria do valor trabalho proposto até hoje: o de Karl Marx.

Duas vertentes de teoria do valor trabalho são especialmente pertinentes para diferenciar a teoria do valor trabalho de autores não-Marxistas da teoria do valor trabalho de Marx. A primeira pode ser chamada de teoria do valor trabalho incorporado (ou fisiológico) e a segunda pode ser chamada de teoria do valor trabalho abstrato (ou teoria do valor trabalho como relação social). O argumento central deste artigo é que a teoria de Marx engloba a fundamentação da teoria do valor trabalho incorporado (fisiológico) e vai além, de modo que não se trata de se decidir pela validade de uma ou de outra teoria, mas sim de compreender que uma está contida na outra e que portanto somente a adequada união desses dois conjuntos revela a amplitude totalizante da teoria do valor trabalho de Marx.

A teoria do valor trabalho não aparece de repente, sendo ela mesma uma ideia que se desenvolve num contexto histórico e social. A solução para o paradoxo da água e do diamante proposta por Adam Smith ([1776] 1996) e o acabamento da teoria do valor trabalho dado por David Ricardo ([1817] 1985) expressaram tanto o ápice da trajetória progressiva da ciência econômica que formou a Economia Política Clássica quanto o ponto a partir do qual forças políticas conservadoras passaram a bloquear este avanço. Na sociedade moderna, o fator trabalho assumiu o papel central na questão sobre a origem da riqueza e do valor.

Sem demora, no influxo de transformações políticas após a consolidação da Revolução Industrial, o movimento socialista se apropriou da teoria do valor trabalho dos clássicos com segurança a partir dos anos 1820. A teoria se adequava bem ao horizonte restrito do princípio burguês de distribuição de acordo com a contribuição individual para a produção. Assim, as demandas políticas dos trabalhadores passaram a contar com um importante aliado oriundo da própria corrente principal do pensamento econômico nos séculos 18 e 19: a teoria de que todo o valor existente na economia se deve exclusivamente ao fator trabalho.

A notoriedade e aceitação que a teoria recebeu com base na autoridade de Adam Smith foi rapidamente contrastada com ataques sistemáticos por parte de autores que se dedicavam a direcionar a teoria do valor para outros caminhos. Muito esforço foi empreendido para elaborar um novo argumento que não permitisse a conclusão de que a origem do valor e, logicamente, do mais-valor (mais-valia) estava no trabalho. Em especial, os oponentes da teoria do valor trabalho passaram a recuperar e enfatizar a origem do valor na avaliação subjetiva que os agentes fazem das mercadorias enquanto objetos úteis. Este argumento culminou na naturalização e justificativa absoluta dos juros

(e de todas as rendas não provenientes do trabalho), sendo o principal núcleo lógico contra o emergente pensamento econômico socialista em geral.

Neste contexto, para que o lugar da teoria do valor trabalho dentro do socialismo científico fique bem estabelecido, é preciso destacar de que maneira Karl Marx converte a teoria do valor trabalho dos socialistas utópicos num instrumento não só de propaganda anti-capitalista (como já havia sido feito pelos autores socialistas), mas também anti-naturalização de qualquer tipo de teoria do valor.

Essa operação delicada implica na elaboração de um argumento de defesa da teoria do valor trabalho singular, porque a crítica à teoria do valor dos economistas clássicos deve ao mesmo tempo amparar o argumento político de que toda a origem da riqueza é o trabalho, mas precisa também desnaturalizar a noção de que o trabalho cria valor em todo e qualquer contexto social e histórico. Essas duas condições formam o desafio da elaboração da ciência econômica proletária que deve ultrapassar a ideologia de igualdade burguesa e avançar para o campo da igualdade comunista.

A tese aqui defendida é a de que Marx, depois de ter rejeitado a teoria do valor trabalho dos economistas clássicos como tautologia e de ter menosprezado sua elaboração enquanto conquista científica (MANDEL, 1968, p. 42), percebeu que a força política que a teoria havia conquistado devido aos socialistas utópicos não poderia ser simplesmente descartada. Assim, ele formulou uma estratégia de argumentação em defesa da teoria do valor trabalho que, por um lado, a desnaturalizava por completo e, por outro, continuava servindo como suporte ideológico para a luta política de controle sobre a ciência econômica oficial por parte da classe trabalhadora, acomodando aí aspectos do socialismo não-marxista que continuavam relevantes nessa trincheira.

Essa duplicidade fundamenta o argumento de que as teorias do valor incorporado (fisiológico) e a teoria do valor trabalho abstrato (como relação social) coexistem. Essa coexistência engendra uma série de características envolvendo a relação das duas teorias como semelhanças, diferenças, contradições, incompatibilidades e sobreposições. O grande desafio aqui é que a relação entre essas duas teorias do valor trabalho exige desenvolver a diferença entre o socialismo utópico e científico, uma empreitada muito rebuscada para ser abordada de súbito no campo das ciências econômicas neste século 21.

Ao longo do século 20, devido às condições históricas concretas e contraditórias de formação da URSS, a corrente do socialismo que se apresentava como oficial, Marxista e, portanto, científica, buscou tra-

çar uma linha divisória não-dialética, cartesiana, entre si e as demais correntes do socialismo. Isso gerou uma relação assimétrica, desigual, entre o Marxismo e filosofias políticas não-Marxistas, mas decididamente anti-capitalistas. O Marxismo acabou assumindo uma feição professoral, doutrinadora, dogmática, que tensionou excessivamente a relação entre os seguidores de Marx e socialistas das mais variadas orientações teóricas. Nesse sentido, o esforço de apresentação desta pesquisa busca retomar a discussão dessa diferença por uma perspectiva bastante inclusiva no que tange à ideologia socialista, evocando uma relação mais amistosa e menos arrogante do socialismo científico perante o socialismo utópico.

O artigo segue com a Seção II, que delinea o formato da teoria do valor trabalho da Economia Política Clássica, contextualizando sua lapidação conforme a ideologia abrangente do socialismo ascendia com a superação de relações sociais não mediadas pela mercadoria. O sentido energético do trabalho adquire aqui uma importância crucial, que está no cerne da inevitável naturalização da teoria do valor trabalho incorporado (fisiológico). A Seção III apresenta a teoria do valor de Marx em toda sua amplitude, levantando os motivos sobre o porquê de sua escolha pelo fator trabalho como ente fundante dessa teoria. Como veremos, o sentido energético pode funcionar como justificativa técnica para essa escolha, porém não é esse o argumento trazido por Marx para explicar porque em determinada época tal escolha se torna socialmente aceita. É nesse instante que a determinação da luta de classes é posta no centro de estudo da teoria do valor ao longo da história. A Seção IV expõe a relação entre as duas teorias com a ajuda de um esquema ilustrativo. A Seção V conclui resumindo a tese defendida sobre como Marx se posiciona a favor de uma teoria do valor trabalho a partir primordialmente da luta de classes, e, apenas secundariamente, a partir da averiguação empírica da correlação entre valor e preço.

II A naturalização da teoria do valor trabalho incorporado (fisiológico)

A questão sobre a determinação da quantidade de valor era já bastante antiga quando os primeiros passos dentro da sociedade de mercado são dados para se desvendar todos os seus mistérios (FEIJÓ, 2001). A controvérsia sobre se o tamanho do valor se origina da utilidade subjetiva de um bem ou da estrutura objetiva do esforço para sua obtenção recebeu uma decidida resposta por parte de Adam Smith em sua interpretação do paradoxo da água e do diamante: a origem

do valor deve ser buscada na quantidade de trabalho necessária para a produção do bem em questão². Ainda que as avaliações subjetivas contidas nas forças de demanda influenciem o tamanho do valor transacionado no acordo final de compra ou venda (troca), para Smith não cabia mais dúvida de que o ponto de partida da determinação quantitativa do valor deveria ser buscado no tamanho do esforço humano para a criação do item em negociação no mercado.

O livro *Riqueza das Nações* proporcionou uma homogeneidade singular e temporalmente delimitada no pensamento econômico, especialmente no que tange ao núcleo duro da teoria econômica: a teoria do valor. Ainda que muitos pensadores continuassem defendendo a perspectiva subjetiva, que enfatizava os aspectos de demanda sobre a oferta na determinação da relação efetiva de transação, ou seja, do preço, a teoria do valor trabalho vingou como uma das grandes realizações na fundação da ciência econômica moderna³. Adam Smith arrebatou muitos seguidores que continuaram reafirmando a posição da teoria do valor trabalho e que se esforçavam para acrescentar aperfeiçoamentos e ajustes.

Com toda a conexão entre produtividade, riqueza e mercado elaborada por Smith, Ricardo partiu de um estágio mais abstrato em seu livro, *Princípios de Economia Política*, para buscar fechar os problemas ainda em aberto. Ele continuou a investigação de onde Smith havia parado no paradoxo da água e do diamante como forma de retomar os problemas da diferença entre valor de uso e valor (de troca), e, de modo revelador, Ricardo busca com vontade ativa uma justificativa ainda mais sólida para o argumento de que todo o valor tem origem no trabalho. O esforço de Ricardo teve repercussão política nítida. Seus seguidores se agarram com força à ideia de que o valor é criado pelo trabalho e, com isso, a Economia Política passa a ser um instrumento teórico extremamente útil para o nascente proletariado. A repetição dos elementos gerais da economia smithiana de forma altamente contraditória é feita por John Stuart Mill, que simboliza o limite final da Economia Política sob domínio e direção da burguesia (LANGE, [1959] 1967).

²Existem interpretações divergentes a respeito da proposta de solução de Adam Smith, que procuram manter o aspecto subjetivo em sua análise em detrimento de sua escolha do elemento trabalho como fator objetivo originário gerador do valor. Sobre isso ver [Robertson e Taylor \(1957\)](#), que ressaltam a presença da solução da tesoura Marshalliana nos momentos que antecederam a publicação do *Riqueza das Nações* de Adam Smith.

³Para uma lista completa dos autores que enfocam na perspectiva subjetivista da demanda ver o anexo à obra *Teoria da Economia Política* de [Jevons \(\[1871\] 1983\)](#), onde ele apresenta uma grande quantidade de obras de Economia Política dos séculos 18 e 19 que não seguiram os passos de Adam Smith nos mistérios do valor e eram, portanto, heterodoxas em seu tempo.

Assim que os tópicos sobre riqueza, produção, distribuição e dinheiro se popularizaram com o avanço das relações capitalistas de produção na Europa Ocidental, a Economia Política deixou de ser um campo restrito a poucos pensadores isolados da multidão. Antes, a Filosofia Moral se restringia a um círculo reduzido da elite pensante que captava as transformações com o declínio das relações feudais. Só que agora a Economia Política começa a colocar todo cidadão no debate sobre os rumos econômicos e políticos da Nação e, conseqüentemente, da sociedade.

O novo mundo, centrado no mercado, envolve crescentemente mais e mais pessoas nos processos de sociabilidade via dinheiro. A conclusão da separação do trabalhador de seus meios de produção gera a classe trabalhadora assalariada, quer dizer, a classe que reproduz sua força de trabalho como mercadoria via dinheiro no mercado de trabalho. E conforme ela cresce em quantidade e qualidade, inventa sua própria visão de mundo com base em suas experiências e ambições. A contrapartida na teoria econômica deste movimento real foi a apropriação da ciência econômica pelo movimento socialista, ou seja, a utilização dos conhecimentos apresentados desde Adam Smith de acordo com os interesses políticos do novo sujeito que começou a se movimentar como classe nas primeiras organizações de trabalhadores. Um dos elementos fundamentais dessa corrente é a teoria do valor trabalho incorporado (fisiológico).

Os economistas que permanecem fiéis à defesa ideológica do sistema de remuneração capitalista vêem-se criticados por aqueles pensadores que utilizam toda a construção da Economia Política Clássica e que levantam os pilares da teoria do valor trabalho incorporado (fisiológico). A partir da historiografia de Ronald Meek ([1956] 1973) sobre a origem da teoria do valor trabalho é possível compreender de que modo o elemento trabalho progressivamente vai ocupando uma posição central na conceituação teórica do processo de produção. A visão mercantilista da origem do valor na diferença entre preço de compra e venda já foi quase totalmente expurgada e a noção naturalista da fisiocracia de que os bens são frutos da terra, ou seja, da natureza, também estão sendo empurradas para o lado. Numa sequência temporal é possível listar alguns nomes dos primeiros defensores da teoria do valor trabalho nesta etapa clássica, ou seja, pré-Marx.

Um dos pioneiros autores na elaboração da ideia de que a riqueza e, conseqüentemente, o valor, se originam do trabalho foi o filósofo inglês John Locke (1632–1704). Em sua pesquisa histórica sobre a teoria da exploração, Eugen von Böhm-Bawerk ([1921] 2010) em *A*

teoria da exploração do comunismo-socialismo cita Locke como um dos precursores dessa teoria, pois ele argumenta em diversas passagens com muita ênfase que todos os bens são resultado do trabalho. Além de ser um dos principais autores que atacaram o problema fundamental da Filosofia Moral inglesa que deveria elaborar o princípio do liberalismo como norma do indivíduo socializado via mercado, Locke representa um dos elos de ligação do pensamento econômico fisiocrata, que buscava a origem do valor na natureza, ou seja, na terra, para a Economia Política britânica, que reconhecia a centralidade do trabalho humano no processo produtivo. Em Locke, terra e trabalho são conjuntamente responsáveis pela criação de valor, ideia essa oriunda de William Petty (1623–1687) (DOOLEY, 2005, p. 44; CURTI, 2016, p. 69–70)

John Stuart Mill (1806–1873), por sua vez, aglutina todas as contradições do pensamento burguês que evoca a igualdade em um sistema de relação desigual evidenciada nos polos capital e trabalho. Segundo Oskar Lange ([1959] 1967), John Stuart Mill representa um primeiro compromisso eclético entre o pensamento econômico socialista (pré-Marxista) e burguês, sendo que tal sincretismo entre os pensamentos econômicos de classes antagônicas havia de fato começado com Jean Charles Léonard de Sismondi (1773–1842)⁴.

Junto com os pensadores mais próximos das questões econômicas estão outros personagens que incluem temas políticos, filosóficos e sociais nesse processo de formação do pensamento socialista. França

⁴Ver Lange ([1959] 1967, p. 274, nota 323). Lange orienta o leitor a consultar o texto *A Characterization of Economic Romanticism* de Lenin, onde o lugar de Sismondi na história da Economia Política é analisado e também aponta para o posfácio da segunda edição alemã do livro 1 do Capital. Neste posfácio, Marx escreve que

A revolução continental de 1845–1849 repercutiu também na Inglaterra. Homens que ainda reivindicavam alguma relevância científica e que aspiravam ser algo mais do que meros sofistas e sicofantas das classes dominantes tentaram pôr a economia política do capital em sintonia com as exigências do proletariado, que não podiam mais ser ignoradas. Daí o surgimento de um sincretismo desprovido de espírito, cujo melhor representante é Stuart Mill (MARX, [1873] 2013), p. 124).

O sincretismo de Stuart Mill não é entre a economia marxista e a economia burguesa, mas sim entre a economia socialista em geral de meados do século 19 e a economia burguesa. Esse é um ponto em que a distinção entre o socialismo utópico (não-Marxista) e Marxista é relevante. Nas edições brasileira (p. 274) e mexicana (p. 260) do livro de Oskar Lange, *Moderna Economia Política*, volume 1, consta que algumas correntes da economia burguesa buscaram “um certo compromisso eclético entre a Economia marxista e a Economia burguesa”. Isto é errado. Lange deveria fazer uma distinção mais firme aqui entre Economia marxista e Economia socialista. No máximo, poderíamos nos referir à “nascente” Economia marxista, para destacar que a síntese pretendida por John Stuart Mill não abarca a teoria Marxista (até porque cronologicamente isso teria sido impossível) mas apenas aquele conjunto de ideias e teorias econômicas socialistas que antecedem a obra de Marx. Não foi possível averiguar os textos em inglês ou o original polonês da obra de Lange para checar se isso é um erro de tradução.

Noël Babeuf (Gracchus Babeuf) (1760–1797), por exemplo, explicitou a necessidade de continuação do processo revolucionário na França para se chegar ao patamar de igualdade almejado por seus cidadãos no panfleto *Manifesto dos Iguais* de 1796. Babeuf ([1796] 1980) defende o bem comum ou a comunidade de bens numa clara demarcação de contraste com a noção da propriedade privada. A República dos Iguais aparece como uma sociedade diferente, onde grande massa encontra a felicidade com base nos princípios da igualdade que Babeuf defende. Neste manifesto é explicitamente enunciado que os princípios da igualdade formal (da revolução Francesa) não coincidem com a igualdade real, indicando que a Revolução Francesa não se completou conforme seus próprios ideais.

Claude-Henri de Rouvroy ou Conde de Saint-Simon (1760–1825) é outro nome marcante da elaboração do socialismo como o mundo perfeito. Em dois textos curtos da virada do século 18 para o século 19, Saint-Simon elabora sua visão da sociedade. Em *Um sonho* de 1803 ele relata que concebeu um projeto, na forma de um sonho, onde uma organização social gira em torno de Conselhos compostos por pessoas conhecedoras das ciências. Saint-Simon considera Newton uma referência para os humanos se organizarem em uma nova religião e sociedade que promova o progresso do espírito humano. O sonho é bizarro, indicando como o conhecimento científico se associa à religião para dar diretrizes de uma sociedade nova. Interessante apontar que Saint-Simon enfatiza que, nesta sociedade, todos os homens trabalharão (SAINT-SIMON, [1803] 1980a, p. 33).

Já no texto *Parábola de Saint-Simon* de 1819, Saint-Simon imagina duas situações hipotéticas: uma em que todos os sábios, artistas e artesãos da França tivessem morrido e uma em que 10 mil proprietários, nobres, membros conselheiros do Estado teriam perdido a vida e, portanto, teriam deixado esse mundo. Para ele, a primeira situação seria um problema sério, enquanto a segunda seria um problema meramente sentimental, pois a substituição de homens no segundo caso é muito fácil. Saint-Simon contrapõe com força os membros úteis aos inúteis na sociedade, e busca uma explicação: a “organização social está muito longe de ser perfeita” (SAINT-SIMON, [1819] 1980b, p. 37), pois os homens se deixam dominar pela violência e astúcia. Ocorrendo isto, os homens incapazes ficam com a missão de dirigir as pessoas capazes, e há toda uma inversão de ordenamento social que prejudica a coletividade (os imorais educam, os injustos são os juízes, etc?). Aqui é nítido como o domínio da ciência avança para se tornar um novo parâmetro social de alocação dos membros da sociedade na estrutura hierárquica

do poder. Se antes havia espaço para que habilidades de engodo e desinformação pudessem ser usadas para explorar, depois, as funções de maior poder social requerem cada vez mais tanto o conhecimento científico quanto a utilização de tal conhecimento em prol de toda a sociedade e não apenas para beneficiamento de determinados grupos.

Outras figuras neste contexto são o conspirador Blanqui (1805–1881) e Charles Fourier (1772–1832), que, apesar de não se verem como pertencentes aos socialistas, elaboravam preceitos de uma sociedade baseada no prazer da associação coletiva. Os socialistas do pré-marxismo que, por sua vez, dedicaram maior atenção ao problema do valor advindo da Economia Política, foram sistematicamente estudados por um dos principais bloqueadores da entrada de Marx no campo da economia oficial ensinada nas universidades, Eugen von Böhm-Bawerk, e devem ser vistos com atenção devido ao vínculo que existe entre a teoria do valor trabalho e o problema do cálculo econômico na economia socialista, uma questão que será firmada por Mises ([1920] 1935), seguidor dos economistas austríacos Menger e Bawerk.

Um dos primeiros livros de defesa sistemática da teoria do valor trabalho condizente com a nova fase da luta de classes é *A defesa do Trabalho Contra as Pretensões do Capital* de Thomas Hodgskin (1787–1869). O debate entre Ricardo e Malthus era o reflexo da luta entre a antiga classe proprietária de terra e a nova classe capitalista na dianteira da Revolução Industrial. Em termos de teoria do valor, os componentes envolvidos do processo de produção que brigavam para ser o protagonista da geração de valor eram o capital e a terra. Só que agora, com a terra definitivamente incorporada como elemento do capital, sobrou apenas o trabalho como parte contrária ao capital na unidade da produção capitalista. A luta agora é entre capital e trabalho. O autor avisa que suas pesquisas estão no contexto das alegadas necessidades de defesa do capital diante da crescente associação dos trabalhadores e que chegou ao resultado de que todas as vantagens atribuídas ao capital surgem na verdade do trabalho coexistente e qualificado (HODGSKIN, [1825] 1986, p. 309).

Decidido a teorizar ao lado dos trabalhadores, Hodgskin justifica porque seria necessário defender a teoria do valor trabalho: o argumento de que o capital contribui para a produção cria um espaço de reivindicação do produto a ser distribuído para esse fator de produção, em termos da teoria econômica contemporânea. Mas se tudo é criado de fato pelo trabalho, como se depreende dos últimos desenvolvimentos da Economia Política, então é necessário extirpar todo argumento teórico de que o capital tem direito a remuneração. A existência de

juros (e outras formas de renda que não são contrapartida de trabalho executado, mas sim de propriedade) não condiz com a teoria do valor trabalho.

O texto de Hodgskin tem o mérito de ser muito nítido neste ponto, não permitindo margem a ambiguidades em relação à contradição entre a lei do valor fundada no trabalho e a estrutura de renda em que exista juros, aluguéis, renda da terra, etc. Ele critica e polemiza com outros autores pós-Ricardo como John Stuart Mill (HODGSKIN, [1825] 1986), p. 315), pois a tentativa de conciliação da contradição é gritante, abrindo o caminho para o argumento de que o capital trabalha, por exemplo. Hodgskin, com lógica rígida deduz que se o valor está tão intimamente associado ao trabalho, então só uma conclusão é possível: a justiça só será atingida quando o trabalho puder desfrutar todo o seu produto.

Um outro autor defensor da teoria do valor trabalho foi Johann Karl Rodbertus (1805–1875). Segundo o próprio Böhm-Bawerk ([1921] 2010), Rodbertus, ao lado de Marx, possui a melhor e mais desenvolvida teoria do valor trabalho. No entanto, ele teria uma particularidade que o desqualifica perante os que lutam ao lado dos trabalhadores: Rodbertus não conclui que o ganho imerecido (termo normativo para os juros) ou a propriedade privada devam ser abolidos. Propõe, ao invés disso, que os proprietários sejam integrados como participantes do processo de produção, cumprindo funções necessárias de acordo com as demandas do sistema econômico nacional como um todo.

O avanço de Rodbertus em relação aos autores anteriores é que a questão dos juros é tratada sistematicamente em associação com a teoria de Smith e Ricardo, além de tornar claro que sem uma designação produtiva para os proprietários, eles não terão espaço no novo sistema. Böhm-Bawerk ([1921] 2010, p. 56) anota neste ponto que Smith e Ricardo se firmaram na História do Pensamento Econômico como autoridades incontestáveis de defesa da teoria do valor trabalho. Estrategicamente, é necessário de seu ponto de vista, portanto, evidenciar as ambiguidades em relação à ideia de que o valor é exclusivamente resultado do trabalho. Böhm-Bawerk percebeu que a única maneira de se contrapor à teoria do valor trabalho era se agarrar ao problema da incongruência quantitativa entre valor e preço. É por esse caminho que ele pretendeu fechar o sistema de Marx no começo do século 20, com base na falta de solução para o problema da transformação dos valores em preços de produção (BÖHM-BAWERK, [1896] 2007).

Em resumo, a teoria do valor trabalho nesta etapa pode ser entendida como teoria do valor trabalho incorporado (fisiológico). Técnica-

mente, imagina-se que a quantidade referente ao valor / preço de um item transacionado no fluxo regular do mercado se refere à quantidade de trabalho humano empregado na produção daquele item. Neste sentido, capta-se a dimensão energética da ação humana na transformação da natureza. Os valores / preços teriam assim um significado muito nítido: eles expressam o grau de dificuldade de produção de cada item em determinadas condições existentes de forças produtivas. O fato amplamente reconhecido de que sem ação humana não há produção no sentido estudado pelos economistas, fez com que esta teoria do valor dominasse a oficialidade da ciência econômica até a Revolução Marginalista nos anos 1870.

Outras descrições podem ser usadas para caracterizar a teoria do valor trabalho em questão: é o trabalho no sentido da física, quer dizer, um insumo de energia ao sistema que o altera de acordo com as leis da natureza. Nessa perspectiva, trata-se do trabalho naquele sentido fisiológico de dispêndio de energia humana, que deve existir em qualquer ambiente social para que a humanidade se reproduza materialmente no planeta a partir de suas interações com o meio. Considerando a abrangência da teoria de Marx, trata-se de “meia” teoria do valor trabalho: aquela que considera o trabalho apenas como trabalho concreto, mesmo que ele esteja comandado pela dinâmica normal de expansão do valor. Atualmente, mesmo sendo incompleta como se verá adiante, essa teoria do valor precisa ser considerada válida a partir dos métodos positivistas de verificação empírica, conforme demonstrado pela linha de estudos aberta por [Petrović \(1987\)](#), [Shaikh \(1998\)](#) e [Cockshott e Cottrell \(1997\)](#)⁵.

III Por que Marx adota uma teoria do valor trabalho?

Por mais que a teoria do valor trabalho seja válida empiricamente, esse fundamento é insuficiente para dar conta da abrangência argumentativa de Marx em favor de uma teoria do valor trabalho. A fundamentação empírica é importante sim, porém ela é incapaz de, por si só, abrigar a singular contribuição crítica de Marx à Economia Política sobre a especificidade histórica e social do modo de produção capitalista. Desse modo, é necessário expandir a teoria do valor trabalho incorporado (fisiológico) com um adendo que remeta a essa novidade.

⁵Para um panorama sobre os estudos empíricos recentes sobre a teoria do valor trabalho, ver [Franklin et al. \(2022\)](#), especialmente a indicação das referências mais recentes abrangendo diferentes países na nota de rodapé 4.

Assim como todo o sistema de Hegel está subsumido e ressignificado no sistema filosófico de Marx, todo o sistema da Economia Política Clássica está contido e reinterpretado em seu sistema econômico. De modo análogo, a teoria do valor trabalho dos clássicos e dos socialistas utópicos também reaparece no construto de Marx, acrescida de novos elementos.

A teoria do valor trabalho é tratada logo no começo da obra do *Capital* de uma maneira única, para que Marx possa explicitar no que consiste sua contribuição neste ponto em particular. A divisão da mercadoria em valor e valor de uso com sua subsequente divisão em quantidade e qualidade (CAMARINHA LOPES, 2014) indica que Marx não descarta o raciocínio clássico tradicional de pensar o valor / preço como sendo determinado pelo *input* de energia humana no processo de produção. Neste primeiro momento, temos a determinação de valor em seu sentido “fisiológico”, puramente “energético”, relacionado ao metabolismo do ser humano com a natureza:

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso (MARX, [1867] 1985, p. 53).

A passagem é complementada com uma nota de rodapé fazendo referência a Adam Smith para que o leitor perceba que este aspecto de tratamento do valor é limitado. Ainda assim, é nítido que existe um reconhecimento da dimensão quantitativa no raciocínio clássico de determinação das relações de troca. Ao se restringir ao aspecto puramente quantitativo, Marx assume integralmente a teoria do valor trabalho em sua estreiteza de misturar os âmbitos do valor de uso e do valor. Ou seja, ele assimila em seu sistema a teoria do valor incorporado (fisiológico), avisando que haverá um acréscimo a ser explicitado com a noção do duplo caráter do trabalho contido nas mercadorias. Em outras palavras ainda, ele reconhece que, num primeiro momento, é pertinente elucidar o nexos de determinação quantitativa (quantidade de valor) entre o sistema de valor e o sistema de preço, sem entrar nos detalhes do porquê a substância do valor (qualidade de valor) deve ser trabalho e não qualquer outra coisa.

Em Marx, tanto a dimensão qualitativa como a dimensão quantitativa são importantes, e qualquer tratamento unilateral não fará jus à pretensão totalizante da unidade dialética de sua teoria do valor. Muitos teóricos do valor se refugiam nos aspectos qualitativos e acabam se esquivando do problema tradicional, puramente quantitativo, da transformação dos valores em preços de produção⁶. Só que a incongruência quantitativa entre valor e preço precisa ter uma solução correta. Tal solução é essencial para que se explique a criação de valor novo não por desvios (que seria simplesmente repetir o argumento já superado pelos fisiocratas de que o valor é criado na esfera da circulação), mas pela dinâmica reprodutiva que acrescenta valor à massa de riqueza abstrata previamente existente. Além disso, e o que é fundamental, a explicação adequada das inconsistências entre o sistema de valor e o sistema de preços é uma condição *sine qua non* para que a teoria do valor trabalho, como construída pelos autores pré-Marx, possa ser comprovada posteriormente pela análise empírica⁷.

Agora, caso Marx tivesse se limitado a aperfeiçoar a teoria do valor trabalho neste sentido unilateral de teoria dos preços, a acusação de ser um “ricardiano menor” feita por Samuelson (1957) de fato seria cabível. Porém, não é isso o que ocorre. Além de considerar este âmbito puramente quantitativo da teoria do valor trabalho dos clássicos, ou seja, além de admitir que essa teoria do valor é adequada para se referir à determinação quantitativa dos preços e que ela pode ser verificada pelos métodos tradicionais da estatística empírica, Marx efetuou uma contribuição drástica consubstanciada na problematização da pergunta: por que justamente a quantidade de trabalho é a medida de valor?

O raciocínio preso no paradigma clássico-burguês constrói justificativas universalistas para dar uma resposta a essa pergunta, como se a ciência econômica e seu núcleo sistêmico, a teoria do valor, estivessem fora da luta de classes. Essas são as lentes dos óculos, tanto da economia clássica, como neoclássica, que as impedem de perguntar sobre os motivos sócio-históricos que viabilizaram a teoria do valor

⁶A lista de autores dessa linha é extensa e remonta ao trabalho pioneiro de Isaak Rubin ([1927] 1978), cuja contribuição foi crucial para o esclarecimento das diferenças entre a teoria de Marx e a dos clássicos. Nomes representativos são, nos Estados Unidos, Mattick (1972), no Brasil, Belluzzo (1998), na Alemanha, Backhaus (1980) e Heinrich ([1999] 2014) e no Japão, a escola iniciada por Kozo Uno ([1964] 1980), com os alunos Thomas Sekine, Makoto Itoh e Richard Westra.

⁷Para um exemplo desse caminho, o de verificação empírica da teoria do valor trabalho, que se desenvolve com robustez contra a apropriação reacionária do sistema de Sraffa, ver Shaikh (1998). Sobre como Samuelson (1971) desviou a atenção dos marxistas da crítica fulminante de Sraffa ([1960] 1985) contra a teoria neoclássica do valor, ver Camarinha Lopes (2010).

trabalho se tornar socialmente aceita. Busca-se um fundamento lastreado na relação ser humano-natureza, unificando, portanto, o agente burguês com o ser humano abstraído das relações da sociedade que o contextualizam historicamente. Assim, o raciocínio naturalizante da sociedade burguesa fundamenta sua teoria do valor trabalho em uma base epistemológica onde o trabalho assume o papel ativo no processo de transformação do ser humano com a natureza.

Esse tipo de argumento pode parecer sólido à primeira vista, pois, como mencionado, a teoria do valor incorporado (fisiológico) nada mais é do que contabilizar as relações quantitativas de troca entre objetos úteis usando como unidade de conta a energia imputada pela ação humana sobre os meios e objeto de trabalho. Ademais, esta linha de justificativa é totalmente compatível com a vertente do socialismo burguês, como indicado anteriormente, em sua luta contra as visões de que os juros, lucros e demais rendas cuja origem não são trabalho possuem alguma justificativa para existir.

O problema é que, assimilada simplesmente como *input* energético no processo de produção, o trabalho humano entra no sistema da mesma forma que o trabalho executado pelo animal de carga. Ou, para ser mais atual, como o trabalho executado pelo robô. O alimento e todas as condições de reprodução da força de trabalho equivalem, neste caso, ao combustível que possibilita à máquina executar suas operações. A única forma de diferenciar o elemento humano aqui é com base em um argumento lógico que dê destaque e controle do processo ao elemento humano. Cria-se, com isso, uma hierarquia que coloca o ser humano no posto mais alto, controlando todos os demais elementos do processo de trabalho, que formam o conjunto dos meios de produção.

Porém, esta escolha não ocorre em um ambiente de dedução lógica alheia aos conflitos da distribuição regulada pelas regras sociais da mercadoria. Por isto, ainda com base na lógica pura, seria igualmente possível selecionar qualquer outro item que entre no processo de produção na generalidade com a qual a força de trabalho entra para que tal item seja a mercadoria especial que, quando consumida (no processo de produção), gere valor. A “teoria do valor amendoim” foi enunciada como maneira de mostrar que esse caminho simplesmente tira o foco do âmbito político que rodeia a escolha do elemento gerador de valor (LEE, 1993). Do ponto de vista de valor de uso, todos os componentes do processo produtivo contribuem para a transformação da matéria, e o único vetor de hierarquia é a relação entre sujeito e objeto que demanda uma determinada epistemologia deliberadamente escolhida pelo analista.

Neste sentido, não há nada fora do invólucro naturalizante da teoria do valor trabalho incorporado (fisiológico) que nos ajude a descobrir como ou por meio de quê o trabalho fica fora do posto de comando no processo de produção capitalista. Nessa perspectiva, a relação invertida entre o domínio do ser humano sobre os meios que utiliza para alterar a natureza explicitada no sistema da Economia Política Clássica é gritante, porque apesar de ser teoricamente o referencial ativo do processo produtivo, ou seja, o sujeito da produção, na prática é a produção que utiliza o ser humano como um objeto com capacidade de imputar energia ao sistema. Como se pode explicar essa contradição? De onde brota o domínio do produto sobre os produtores?

O caráter místico da mercadoria não provém, portanto, de seu valor de uso. Ele não provém, tampouco, do conteúdo das determinações de valor. Pois, primeiro, por mais que se diferenciem os trabalhos úteis ou atividades produtivas, é uma verdade fisiológica que eles são funções do organismo humano e que cada uma dessas funções, qualquer que seja seu conteúdo ou forma, é essencialmente dispêndio de cérebro, nervos, músculos, sentidos etc. humanos. Segundo, quanto ao que serve de base à determinação da grandeza de valor, a duração daquele dispêndio ou a quantidade do trabalho, a quantidade é distinguível até pelos sentidos da qualidade do trabalho. Sob todas as condições, o tempo de trabalho, que custa a produção dos meios de subsistência, havia de interessar ao homem, embora não igualmente nos diferentes estágios de desenvolvimento (MARX, [1867] 1985, p. 70).

Afinal, onde entra a teoria do valor trabalho abstrato (como relação social)? Em que ponto a teoria do valor de Marx, que está assimilando a teoria anterior, acrescenta um novo componente? Quer dizer, se o trabalho como fundamento da teoria do valor nos clássicos é uma obviedade, “de onde provém, então, o caráter enigmático do produto do trabalho, tão logo ele assume a forma mercadoria?” (MARX, [1867] 1985, p. 71).

A centralidade da novidade em Marx é a demonstração de que a teoria do valor, ao longo de toda a história do pensamento econômico, contém todos os embates das classes referentes à dinâmica da reprodução material, ou seja, da produção e distribuição da riqueza. A teoria

do valor sempre é o referencial ideológico que ampara a norma socialmente dominante para distribuição da riqueza. A partir do instante em que se percebeu que o fator trabalho estava sendo reconhecido amplamente como o único responsável por toda a riqueza da sociedade, começaram as elucubrações ativas para demonstrar que outros fatores (máquinas, equipamentos, enfim, capital na terminologia naturalizante da ciência econômica burguesa) também contribuem para a produção da riqueza, o que é uma verdade incontestável quando se adota o ponto de vista naturalizante da teoria do valor trabalho incorporado (fisiológico).

Contudo, Marx não se limita ao enfoque ser humano-natureza ao anotar inspirado em William Petty que, enquanto valores de uso, a riqueza é fruto da interação entre o “pai” (trabalho) e a “mãe” (terra). Como a dinâmica de ação dos seres humanos nunca é direta, mas sim mediada por regras sociais, a riqueza envolve um outro âmbito não capturado pelo estudo da relação entre os objetos úteis em sua satisfação das mais diversas necessidades humanas. Isso nos fornece pistas para descobrir que o capital, muito mais do que meros acessórios da atividade de produção, é uma relação social.

Este é o âmbito do valor, que, em seu aspecto qualitativo, revela algo muito discrepante em relação ao aspecto qualitativo do âmbito do valor de uso. Enquanto a mercadoria possui n variedades de expressão no que tange à sua utilidade, ela possui apenas uma única qualidade no que tange ao componente contábil socialmente aceito como parâmetro de mensuração da grandeza do valor, quer dizer, do valor de troca. Dado que a teoria do valor trabalho incorporado (fisiológico) ainda é, à época de Marx, um alicerce razoavelmente aceito pelo *establishment* em ciência econômica, falta apenas acrescentar uma divisão entre dois conceitos de trabalho que estão misturados. Os dois conceitos estão coexistindo sem que os analistas percebam que se tratam de duas coisas diferentes.

Uma é, como indicado, o trabalho naquele sentido fisiológico, energético. A outra se refere ao trabalho enquanto atividade social, que arregimenta a maneira como os indivíduos em sociedade se relacionam para dar cabo ao seu processo de reprodução material enquanto conjunto. Neste segundo sentido, Marx escolhe um termo para designar o trabalho abstraído de suas determinações físico-químicas que são válidas para qualquer modo de produção: trabalho abstrato⁸.

⁸É importante anotar que em Marx estão misturados dois sentidos para o conceito de trabalho abstrato. Uma hora trabalho humano abstrato é idêntico ao trabalho no sentido fisiológico energético. Outra hora o trabalho humano abstrato é uma abstração sem contrapartida material,

Como indicado, a categorização do trabalho abstrato ao lado do trabalho concreto não invalida o raciocínio de determinação quantitativa dos preços como ele era feito pelos clássicos. Esse é o motivo pelo qual Marx está habilitado a se esforçar para resolver o problema da transformação dos valores em preços de produção ao longo dos livros 2 e 3 do *Capital*, dentro da linha argumentativa limitada dos clássicos. Esse é também o motivo pelo qual a reabilitação da Economia Política Clássica por Sraffa ([1960] 1985) reacendeu a discussão sobre as diferenças da teoria do valor trabalho nos clássicos e em Marx.

Por um lado, o capítulo 1 do *Capital* concentra suas energias no aspecto qualitativo da teoria do valor trabalho, tentando explicar porque em um contexto histórico e econômico específico a teoria do valor trabalho desbancou a visão da Fisiocracia e dos Mercantilistas em relação à origem da riqueza. Por outro lado, quando a teoria do valor reaparece como foco nos capítulos posteriores, ela já está enquadrada no dilema da transformação quantitativa dos valores em preços. Assim, verifica-se que os dois âmbitos da teoria do valor caminham juntos no sistema de Marx, cada um abordando a duplicidade quantidade e qualidade para cada um dos lados da mercadoria: do lado do valor de uso, a quantidade e a qualidade que formam a riqueza concreta enquanto objetos úteis à reprodução material da vida e do lado do valor, a quantidade e a qualidade (neste caso, única) que formam a soma homogeneizada dessa riqueza concreta que é necessariamente heterogênea (CAMARINHA LOPES, 2014, p. 708).

IV A relação entre as teorias do valor trabalho dos clássicos e a de Marx

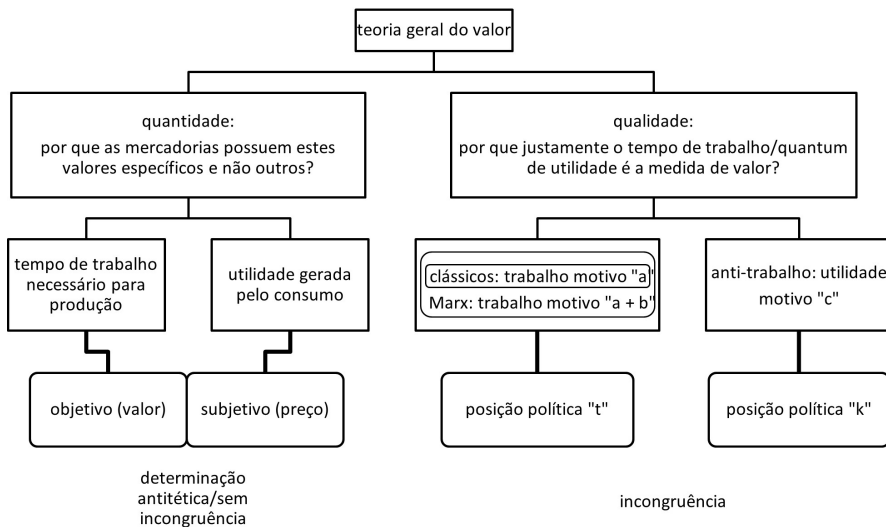
Com o declínio da Escola Clássica e ascensão do marginalismo neoclássico na virada do século 19 para o século 20, a teoria do valor trabalho perdeu influência e foi substituída pela teoria do valor utilidade. A publicação do livro de Sraffa ([1960] 1985), *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias*, no entanto, em conjunto com diversos outros fatores de dimensão histórica e cultural que demonstram as contradições da economia capitalista e as conseqüentes fragilidades da teoria econômica burguesa, colocou a teoria do valor trabalho em uma trajetória de revigoração. O problema é que a recuperação da abordagem do excedente e da perspectiva objetivista na teoria do valor,

quer dizer, não é o trabalho no sentido de energia da física. Esse alerta nos foi dado originalmente por Michael Heinrich nos encontros de leitura do *Capital* em 2007. Ver ainda Heinrich ([1999] 2014).

típicos da tradição clássica, não distingue adequadamente a teoria do valor trabalho dos clássicos da teoria do valor trabalho de Marx. Nesse sentido, apesar de ter sido um avanço na luta contra o subjetivismo utilitarista, a obra de Sraffa deixou em aberto a questão sobre como encaixar corretamente a teoria do valor dos clássicos dentro da teoria de Marx.

Para visualizar melhor como esse encaixe deve ocorrer, podemos utilizar o seguinte esquema ilustrativo (Figura 1). O objetivo é identificar as relações entre os dois tipos de teoria do valor estudadas neste artigo: a teoria do valor trabalho incorporado (fisiológico) e a teoria do valor trabalho abstrato (como relação social)⁹.

Figura 1: Quantidade e qualidade em teoria geral do valor.



Fonte: elaboração própria.

⁹O leitor vai reparar que o esquema ilustrativo evoca um outro par dialético de teorias do valor, para além do par valor trabalho incorporado (fisiológico) e abstrato (como relação social), qual seja, o par valor-trabalho / valor-utilidade. A natureza de contradição entre esses dois pares é muito diferente. Enquanto a relação do par valor trabalho incorporado / abstrato é de complementação crítica, a relação do par valor-trabalho / valor-utilidade é de confrontação excludente no que se refere à dimensão qualitativa (mas não quantitativa). O objetivo aqui não é detalhar os diferentes níveis organizativos de relação entre todas as teorias do valor. Para uma apresentação sistemática nessa direção, dando igual atenção a esses dois pares, ver [Camarinha Lopes \(2022, p. 150\)](#), onde esta figura foi apresentada pela primeira vez.

“a” → trabalho, no sentido da física, é a única forma dos seres humanos modificarem o meio natural em que vivem [posicionamento inconsciente ao lado da classe trabalhadora, naturalização da teoria do valor trabalho].

“b” → força de trabalho é a única mercadoria sob propriedade de trabalhadores duplamente livres. Se o teórico do valor luta ao lado da classe trabalhadora, esta mercadoria deve ser analiticamente escolhida como a única mercadoria com capacidade de criar valor, ou seja, a única mercadoria, entre todos os *inputs* do processo produtivo, que vira capital variável ao invés de capital constante [posicionamento consciente ao lado da classe trabalhadora, desnaturalização da teoria do valor trabalho].

“c” → objetos úteis, quando consumidos ou usados, geram efeitos positivos sobre o bem estar do agente econômico.

“t” → trabalho como elemento qualitativo responsável pela criação de valor leva a uma teoria do valor amigável à classe trabalhadora.

“k” → utilidade como elemento qualitativo responsável pela criação de valor leva a uma teoria do valor amigável à classe capitalista.

A Figura 1 parte da noção de uma teoria geral do valor, que engloba todas as teorias do valor que se ramificam conforme se avança para baixo. Partimos das duas questões organizativas elaboradas originalmente por Ronald Meek ([1956] 1973, p. 306), e esmiuçadas por Camarinha Lopes (2010, p. 83) e (2014, p. 711–712), que atacam dialeticamente a teoria geral do valor, por um lado pelo âmbito da quantidade e, por outro, pelo âmbito da qualidade.

IV.1 Quantidade

Primeiro, pelo lado da quantidade, pergunta-se: por que as relações quantitativas de troca entre as mercadorias são exatamente estas e não outras? Em outras palavras, por que cada item massivamente integrado ao processo de produção e distribuição de mercadorias tem um preço x e não y ? Colocando ainda de outra forma: qual é o fundamento para dar significado ao padrão estatístico que acusa anormalidade quando, por exemplo, uma casa é trocada por apenas uma simples almofada? Essa é a questão tradicional em teoria do valor, que se preocupa exclusivamente de um dos lados do problema: o da quantidade.

A resposta a essa pergunta pode variar muito, e aqui, resumidamente, temos dois grandes grupos. De um lado, a resposta é a de que o tempo de trabalho necessário para a confecção do item é o que determina a grandeza do valor / preço de cada item. Do outro lado, argumenta-se que é a quantidade de utilidade que o item proporciona ao consumidor que explica o tamanho de seu valor / preço. As teorias do valor trabalho e do valor utilidade, nesta primeira pergunta, são

duas variações específicas de duas correntes mais genéricas da teoria do valor: a teoria do valor objetivo e a teoria do valor subjetivo. A disputa entre estes dois lados remonta à pré-história da ciência econômica, sendo encontrada muito antes do sistema da Economia Política de Adam Smith (FEIJÓ, 2001).

Considerando o método dialético, não há dúvidas de que esta oposição é de natureza complementar. Objetividade e subjetividade são dois componentes em mesmo nível de contradição. Considerando estes dois lados, a determinação da relação quantitativa na qual o contrato de troca burguês é fechado é, portanto, antitética. Isso significa que o problema da conexão entre os sistemas de valor e preço pode ser completamente descrito a partir de qualquer um desses dois pontos de partida, tendo o sistema oposto como o ponto de chegada. Esse é o resultado derradeiro para o problema da transformação tradicional dos valores em preços de produção, entendido no sentido estritamente quantitativo (CAMARINHA LOPES, 2012).

A problemática do valor do ponto de vista quantitativo é importante, mas não tem condição de alcançar a singularidade da contribuição científica de Marx à teoria geral do valor. Por isso, é necessário dedicar mais atenção à outra questão, aquela que tem condições de explicitar a verdadeira relação entre a teoria do valor trabalho dos clássicos e a de Marx.

IV.II Qualidade

Segundo, pelo lado da qualidade, por que justamente o tempo de trabalho / quantum de utilidade é a expressão de medida de valor? Dito de outra forma, qual é o conteúdo do montante referido como valor? Do que é composta essa quantidade? Essa segunda pergunta se refere à qualidade do valor: pergunta-se sobre o que se está medindo.

A resposta a essa pergunta, diferente da primeira, tem um outro significado. A escolha do elemento da qualidade do valor não pode ser julgada do ponto de vista técnico de determinação da correlação quantitativa entre valor e preço. Isso porque, uma alta correlação entre o preço final da mercadoria e o que seria o seu valor, pode ser averiguada para diferentes itens que entram no processo produtivo como bens básicos. Como visto na solução do problema da transformação quantitativa expresso pela “teoria do valor amendoim”, qualquer elemento pode ser usado como o ponto de partida para construir a conexão entre os sistemas de valor e preço.

Além disso, não é impossível conceber formas de atrelar quantitativamente o preço das mercadorias com o que seria o nível de utilidade gerado na psique do consumidor, viabilizando assim uma fundamentação da teoria do valor utilidade com base nos mesmos princípios da teoria do valor trabalho incorporado (fisiológico). Praag (1991), por exemplo, faz uma defesa empírica da teoria do valor utilidade, se amparando no mesmo arcabouço de conexão quantitativa entre os diversos elementos que formam a atividade econômica. Isso aponta para a possibilidade de a teoria do valor utilidade, mesmo em suas roupagens mais subjetivistas e mais próximas do mundo da fantasia, poderem ainda assim encontrar respaldo empírico nas análises de correlação quantitativa entre valor e preço. Isso porque, nesta forma de estudo da teoria do valor, a dimensão da relação social entre os agentes nunca é o foco, mas sim a relação entre o agente e seu entorno composto por distintos valores de uso.

O fato de ser possível fundamentar qualquer tipo de teoria do valor com base em uma abordagem mecanicista e a-histórica é precisamente o ponto frágil da estratégia de Cockshott e outros. Devido à tendência subjetivista da economia marginalista *mainstream*, Cockshott (2019, p. 69), argumenta que a teoria do valor utilidade não tem base empírica e, por isso, deve ser completamente ignorada. Ou seja, Cockshott adota uma estratégia de silenciamento deliberado em relação à teoria do valor utilidade, descartado-a sumariamente com base no argumento de que ela é desprovida de base material. É importante reconhecer que esse é um lance forte, com impacto positivo para o aumento da influência da teoria do valor trabalho. Contudo, acredito que uma interação mais elaborada para confrontar a teoria do valor do inimigo é necessária. Por isso, dentro do caminho investigativo aqui apresentado, não se trata de fingir que a economia neoclássica *mainstream*, burguesa, não existe. Trata-se sim de dominá-la e submetê-la à mesma crítica que Marx fez à economia clássica. Na minha interpretação, uma teoria do valor não pode ser provada válida por meros testes empíricos. A eventual falta de justificativa empírica para a teoria do valor utilidade não vai mudar o *status quo* do pensamento econômico, justamente porque a ideologia da classe capitalista não se importa com o status científico de uma teoria que serve bem a seus interesses.

A grande contribuição de Marx foi a de ter demonstrado que não existe algo como uma teoria do valor “pura” que pode ser validada por uma pesquisa científica “neutra”. Todas as teorias do valor são expressões de uma posição concreta na luta política e social pelo controle da riqueza social. É para essa dimensão que devemos olhar quando per-

guntamos sobre qual é o elemento responsável pela criação de valor. Não é que um elemento cria valor *in stricto*. É que, ao elaborarmos uma teoria do valor, selecionamos de modo mais ou menos consciente o elemento responsável por essa criação para poder disputar ideologicamente, sem violar os princípios da troca de equivalentes, o direito de se apropriar do produto social.

É assim que emerge o confronto tradicional entre duas perspectivas que sintetizam a Revolução Marginalista e a transição da Economia Clássica para a Neoclássica. Do lado da utilidade temos os economistas anti-trabalho, reacionários. Do outro, os teóricos do valor trabalho, progressistas. Sem considerar, portanto, a posição política do analista, a Economia Política deixa de ser uma ciência e se torna uma empreitada vulgar, tanto à direita (reacionários, teóricos do valor utilidade), quanto à esquerda (progressistas, socialistas utópicos, teóricos do valor trabalho não-Marxistas)¹⁰.

IV.II.1 Motivo “a”: trabalho como relação natureza-ser humano

Aqui chegamos ao cerne da questão enfrentada neste artigo: como diferenciar então os motivos destacados por teóricos do valor trabalho em geral daqueles elencados por Marx para se posicionar ao lado do trabalho?

Os clássicos e socialistas utópicos sustentam sua posição a partir da teoria do valor trabalho incorporado (fisiológico) (motivo “a”) argumentando que o trabalho é a fonte de valor porque, do ponto de vista da interação natureza-ser humano, a apropriação de riqueza se dá mediante trabalho. Ou seja, os clássicos fundamentam uma teoria do valor trabalho com base na ideia de que o processo de produção de itens úteis requer a atividade (humana) orientada a um fim.

Tal atividade é o ponto de partida para a apropriação dos recursos naturais pelos seres humanos, de modo que a comparação quantitativa entre diferentes objetos úteis pode ser feita em qualquer contexto sócio-econômico, inclusive naquele do Robinson Crusoe, que consegue enxergar como uma caça vale duas vezes mais que uma pescada, caso o tempo de trabalho para se caçar determinado animal seja em média duas vezes maior que o tempo necessário para se pescar determinado peixe. O nexos quantitativo entre o tempo de um trabalho específico,

¹⁰Para uma primeira distinção entre essas duas correntes da economia vulgar, uma reacionária e outra progressista, ver o termo “*Vulgar political economy*” no índice remissivo em [Camarinha Lopes \(2022, p. 227\)](#).

que parte do valor para se chegar ao preço, expressão do valor em termos de riqueza abstrata, ocorre, assim, sem qualquer necessidade de se especificar sobre qual modo de produção se está falando. É nesse sentido que a teoria do valor trabalho é uma tautologia, uma obviedade e também um gatilho para desencadear o fetichismo da mercadoria, que naturaliza a teoria do valor trabalho. O inventário do bom inglês náufrago, ao simplesmente registrar contabilmente e de forma transparente a relação entre todos os valores de uso e entre si, “já contém todas as características essenciais do valor” (MARX, [1867] 1985, p. 74). Desse modo, uma teoria do valor trabalho pode ser construída sem qualquer consideração pelas relações sociais, uma vez que a única relação existente na economia de Robinson Crusóé é aquela entre o indivíduo e os objetos úteis.

Marx integra em seu argumento essa explicação para o nexos quantitativo entre tempo de trabalho, valor e preço, desenvolvendo com mais detalhes a diferença entre o tempo de trabalho individual e o tempo de trabalho socialmente necessário (quando considera a vigência da lei do valor na sociedade produtora de mercadorias), e vai além. Ou seja, ele assimila a ideia do valor trabalho incorporado (fisiológico) (motivo “a”) mas adiciona um fator explicativo diferente, que concentra toda a atenção na configuração específica das relações sociais que estão sempre presentes como pano de fundo para os seres humanos que interagem com seu meio natural por meio de um processo de trabalho que é ele mesmo organizado socialmente.

IV.II.2 Motivo “b”: trabalho como relação social entre seres humanos

Em Marx, o trabalho é a fonte de valor não apenas porque trabalho no sentido fisiológico é a única forma de imputar energia ao sistema externo, formando o ponto de partida do processo de produção a-histórico, mas primordialmente porque esse *input* foi histórica e politicamente selecionado por um grupo social específico envolvido na luta de classes como seu referencial em teoria do valor. A história da teoria do valor (e do mais-valor) extensamente registrada por Marx ([1862–1863] 1968) mostra que o fator criador de valor novo sempre foi cambiante e em linha com os interesses materiais das classes sociais dominantes. Caso ele fundamentasse sua teoria do valor de modo idêntico aos clássicos, então todas as contradições da relação entre trabalho e capital continuariam sem tratamento adequado, porque a luta de classes nunca assumiria a posição que de fato lhe cabe no campo da Economia Política.

O motivo “b” para a defesa da teoria do valor trabalho é aquele que observa como, em determinada época do desenvolvimento social e econômico, quando o capitalismo abarcava um número crescente de indivíduos que só podiam sobreviver mediante a troca de sua mercadoria força de trabalho por dinheiro, desabrocha integralmente e se consolida na sociedade a noção de que a origem do valor está no trabalho humano. Esta visão do trabalho, por sua vez, só pode existir quando as relações sociais de produção do capital, baseadas na produção de mercadorias, está presente e minimamente generalizada. Em síntese, neste motivo “b”, o trabalho é elencado como o elemento originador do valor e do mais-valor (mais-valia), porque ele expressa a posição do sujeito trabalhador no processo da reprodução econômica enquanto um ativo teórico do valor, o que é apenas uma maneira alternativa de interpretar o processo pelo qual a teoria do valor trabalho se tornou uma ideia socialmente aceita na sociedade moderna.

É importante frisar ainda que o motivo “b” não tem como subsistir sem uma base material e é por isso que a justificativa de Marx para sua teoria do valor trabalho consiste em uma união sofisticada entre os dois conjuntos “a” e “b”.

IV.II.3 Motivo “a+b”: duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias

Marx explica que o processo de trabalho é duplo: ele é concomitantemente interação do ser humano com a natureza, metabolismo natural de apropriação da riqueza em sua dimensão de valores de uso e, no contexto da produção de mercadorias, base do modo de produção capitalista, interação dos seres humanos entre si, mediados pela realidade concreta de uma reprodução material que gira em torno da produção de valor e mais-valor em ciclo infundável. A teoria do valor trabalho de Marx engloba a teoria do valor trabalho incorporado (fisiológico), acrescentando a faceta do trabalho abstrato (como relação social), sendo este “o ponto crucial em torno do qual gira a compreensão da Economia Política” (MARX, [1867] 1985, p. 49).

Qual é então a relação entre essas duas vertentes de teoria do valor trabalho? Pode-se dizer que é uma relação de complementação crítica. A teoria do valor trabalho incorporado (fisiológico) se encontra dentro do invólucro naturalizante do valor. Para ela, é como se o trabalho gerasse valor em todo e qualquer contexto social e histórico, até mesmo no caso extremo do Robinson Crusóe, um sistema econômico de um indivíduo só e que não possui relações sociais: apenas relações entre o

indivíduo e a coleção de objetos úteis que formam sua riqueza concreta. Para ela, também, não é possível explicar porque somente o trabalho humano cria valor, e não o trabalho dos animais e das máquinas, uma vez que o trabalho, aqui, se aproxima daquele sentido da física, qual seja, uma medida de energia transferida pela aplicação de uma força ao longo de um deslocamento.

Assim, a teoria do valor trabalho incorporado (fisiológico) está sob a mira da Crítica da Economia Política de Marx. Apesar disso, ela atua na estreiteza da batalha econômica pela jornada de trabalho sob o capital em favor dos trabalhadores. Esse é o motivo pelo qual toda postura crítica à teoria do valor dos clássicos precisa ser bastante cuidadosa considerando o estado atual da ciência econômica, que pretende ver enterrada toda e qualquer teoria do valor trabalho. A predominância da teoria do valor utilidade exige uma postura agregadora por parte dos teóricos da teoria do valor trabalho, que evite um divisionismo que só fortalece a teoria do valor do inimigo. Nessa linha, a teoria de Marx não exclui a funcionalidade do argumento dos clássicos e socialistas utópicos, mas o engloba em um sistema maior que indaga sobre a lógica naturalizante da relação social mercadoria. Isso significa que, em seus próprios termos, na batalha contra a teoria do valor utilidade, a teoria do valor incorporado (fisiológico) não é só válida analítica e empiricamente como é um instrumento altamente relevante na luta econômica que subjaz à luta política da classe trabalhadora.

No âmbito da qualidade percebe-se que os pólos opostos não são como no âmbito da quantidade. A divergência possui uma base política que impede a conciliação analítica como ocorre na relação objetivo / subjetivo referente aos sistemas quantitativos de valor e preço. No processo de escolha do elemento qualitativo que serve como unidade para a contabilidade da quantidade, o último determinante não provém da análise empírica. Considerando o âmbito da quantidade, todas as teorias do valor são igualmente válidas, pois o propósito aqui é explicar a formação quantitativa das relações de troca, quer dizer, dos preços¹¹. No âmbito da qualidade, portanto, o fato explicativo da escolha reside fundamentalmente na posição política do próprio teórico do valor. Da

¹¹ Temos neste artigo a consideração explícita de apenas três teorias: a teoria do valor trabalho incorporado (fisiológica), a teoria do valor trabalho abstrato (como relação social) e a teoria do valor utilidade cardinal (neoclássica e não austríaca). Essa última possui um motivo “c” para responder à pergunta da qualidade que se opõe aos motivos “a” e “b”, ainda que essa oposição seja de natureza distinta. O motivo “c” é naturalizante assim como o motivo “a”. Essa é uma outra forma que evoca a diferenciação entre duas linhagens distintas para a economia vulgar: a linhagem reacionária (motivo “c”) e a linhagem progressista (motivo “a”). Para uma organização mais ampla das teorias do valor, que levou adiante a presente pesquisa e apresentou de modo incipiente a diferença entre estas duas linhagens, ver [Camarinha Lopes \(2022\)](#).

narrativa crítica tradicional sobre a Revolução Marginalista, seguimos a simplificação da luta entre trabalho (posição política “t”) e capital (posição política “k”).

V Conclusão

Devido ao contexto político de sua época, em que a teoria do valor trabalho se tornou uma ferramenta útil à causa socialista, Marx não tinha como simplesmente abandonar a teoria do valor trabalho. Desse modo, ele elaborou uma linha argumentativa de defesa da teoria do valor trabalho que possibilita sua fundamentação empírica – abrigando assim o cerne da teoria do valor trabalho incorporado (fisiológico) –, mas que enfatiza sobretudo o fator político na indicação do insumo responsável pela criação de valor quando consumido. Ele acrescentou assim uma novidade, uma camada adicional para fundamentar a teoria do valor trabalho que explicita o processo político de escolha do item gerador de valor no processo de reprodução capitalista. Esta dimensão mostra que toda teoria do valor, inclusive a teoria do valor trabalho, deriva de um posicionamento, consciente ou não, na luta de classes.

Reconhecer essa duplicidade e coexistência é fundamental na batalha pelo controle da oficialidade da Economia Política, chamada hoje de ciência econômica. Neste artigo, tentamos avançar nessa direção defendendo uma nova forma de interação com a teoria econômica do socialismo não-Marxista e sua teoria do valor trabalho, ressaltando a importância de adotar uma estratégia argumentativa inclusiva para abrigar teorias do valor trabalho incompletas e/ou imaturas, mas que estão no caminho correto e que são politicamente alinhadas com os interesses da classe trabalhadora.

Em síntese: argumentamos que, após ter menosprezado a teoria do valor trabalho dos economistas clássicos em seu primeiro contato com a literatura econômica, Marx se viu impelido a abraçar tal teoria devido ao seu crescente caráter político progressista sob a pena dos socialistas utópicos. Ele construiu então um argumento singular de fundamentação da teoria do valor trabalho. Por um lado, tal argumento desmistificava a noção de que trabalho cria valor em qualquer modo de produção, eliminando com isso o erro de naturalizar as relações sociais mercantis. Essa primeira realização se refere ao âmbito da qualidade do valor e é um dos componentes centrais da Crítica da Economia Política e da concepção materialista da história. Por outro lado, Marx deu sinal verde à continuação do raciocínio quantitativo do estilo clássico em torno da determinação das relações quantitativas de

equivalência entre os diversos valores de uso, de modo que a teoria do valor trabalho dos clássicos pudesse ser defendida contra toda a apologia ao capital sustentada na retomada da perspectiva subjetivista que remonta ao utilitarismo de Bentham. Essa segunda realização se refere ao âmbito da quantidade de valor que parte do princípio social estreito de remuneração de acordo com o trabalho, condizente com a teoria burguesa do valor trabalho, e progride para aquele mais amplo em que o próprio trabalho deixa de ser fonte individual de apropriação privada de riqueza e de valor para ser organizado socialmente com base no lema “De cada um de acordo com suas capacidades, para cada um de acordo com suas necessidades” (MARX, [1891] 1973), condizente com a teoria comunista do valor trabalho.

Ao invés de estarem em uma relação de exclusão, as teorias estão concatenadas, engrenadas uma na outra, como degraus de uma escada, viabilizando a subida por meio da superação dialética. Por isso, a teoria do valor trabalho não é adotada por Marx apenas porque ela é tecnicamente válida (como vem sendo demonstrado recentemente e sem que se abandone a perspectiva objetivista clássica), mas sobretudo porque esta é a teoria do valor que expressa os interesses materiais da classe trabalhadora e sua consciência em movimento ascendente de amadurecimento em direção ao comunismo.

Referências

- BABEUF, G. Manifesto dos iguais. In: _____. *O socialismo pré-marxista*. São Paulo: Global Editora, 1980. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/babeuf/1796/mes/manifesto.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2014.
- BACKHAUS, H.-G. On the dialectics of the value-form. *Thesis Eleven*, v. 1, n. 1, p. 99–120, 1980. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/072551368000100108>>.
- BELLUZZO, L. G. *Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política*. Campinas: Unicamp, IE, 1998.
- BÖHM-BAWERK, E. v. *Karl Marx and the close of his system*. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2007.
- BÖHM-BAWERK, E. v. *A teoria da exploração do socialismo-comunismo*. São Paulo: Instituto Mises Brasil, 2010.
- CAMARINHA LOPES, T. Uma estratégia sugerida para a combinação de Marx com Sraffa. *Leituras de Economia Política*, v. 17, p. 69–95, 2010.
- CAMARINHA LOPES, T. As fases históricas do debate sobre o problema da transformação dos valores em preços de produção. *Revista da Economia Política*,

- v. 32, n. 2, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572012000200010>. Acesso em: 29 ago. 2016.
- CAMARINHA LOPES, T. Continuidade e ruptura em economia política ou quantidade e qualidade na teoria do valor. *Economia e Sociedade*, v. 23, n. 3, p. 697–730, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182014000300697&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- CAMARINHA LOPES, T. *Law of value and theories of value: symmetrical critique of classical and neoclassical political economy*. Leiden: Brill, 2022.
- COCKSHOTT, P. *How the world works: the story of human labor from prehistory to the modern day*. New York: Monthly Review Press, 2019.
- COCKSHOTT, W. P.; COTTRELL, A. F. Labour time versus alternative value bases: a research note. *Cambridge Journal of Economics*, v. 21, n. 4, p. 545–549, 1997. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/23599749>>.
- CURI, G. H. *O valor-trabalho: a substância do valor na economia política clássica*. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AFCP3E>>. Acesso em: 21 jul. 2023.
- DOOLEY, P. C. *The labour theory of value*. Routledge: New York, 2005.
- FEIJÓ, R. *História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Atlas, 2001.
- FRANKLIN, R. S. P. et al. Skilled labour and the reduction problem: questioning the exploitation rate equalization hypothesis. *World Review of Political Economy*, v. 13, n. 3, p. 362–390, 2022.
- HEINRICH, M. *Die Wissenschaft vom Wert*. Munster: Dampfboot, 2014.
- HODGSKIN, T. *A defesa do trabalho contra as pretensões do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- JEVONS, W. S. *A teoria da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1983.
- LANGE, O. *Moderna economia política: princípios gerais*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1967.
- LEE, C.-o. Marx's labour theory of value revisited. *Cambridge Journal of Economics*, v. 17, p. 463–478, 1993.
- MANDEL, E. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MARX, K. *Theories of surplus value*. Moscow: Progress Publishers, 1968. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1863/theories-surplus-value/>>. Acesso em: 10 out. 2023.
- MARX, K. Kritik des Gothaer Programms. In: _____. *Marx-Engels-Werke (MEW, 19,4)*. Berlin: Dietz Verlag, 1973. Originally published in Die Neue Zeit, Nr. 18, 1. Band (1890–1891). Disponível em: <<https://www.marxists.org/deutsch/archiv/marx-engels/1875/kritik/>>. Acesso em: 31 jul. 2023.

- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política. O processo de produção do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K. *Posfácio à segunda edição alemã. O Capital: crítica da economia política. Livro 1*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATTICK, P. Samuelson's transformation of Marxism into bourgeois economics. *Science & Society*, v. 36, n. 3, p. 258–273, 1972.
- MEEK, R. *Studies in the labour theory of value*. London: Lawrence; Wishart, 1973.
- MISES, L. v. Economic calculation in the socialist commonwealth. In: HAYEK, F. A. (Ed.). *Collectivist economic planning*. London: [s.n.], 1935.
- PETROVIĆ, P. The deviation of production prices from labour values: some methodology and empirical evidence. *Cambridge Journal of Economics*, v. 11, n. 3, p. 197–210, 1987.
- PRAAG, B. M. S. v. Ordinal and cardinal utility: an integration of the two dimensions of the welfare concept. *Journal of Econometrics*, v. 50, n. 1–2, p. 69–89, 1991.
- RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- ROBERTSON, H. M.; TAYLOR, W. L. Adam Smith's approach to the theory of value. *The Economic Journal*, v. 67, n. 266, p. 181–198, 1957. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2227781>>. Acesso em: 04 jul. 2016.
- RUBIN, I. I. Abstract labour and value in Marx's system. *Capital & Class*, v. 5, p. 107–139, 1978.
- SAINT-SIMON, H. Um sonho. In: _____. *O socialismo pré-marxista*. São Paulo: Global, 1980a.
- SAINT-SIMON, H. Parábola de Saint-Simon. In: _____. *O socialismo pré-marxista*. São Paulo: Global, 1980b.
- SAMUELSON, P. A. Wages and interest: a modern dissection of Marxian economic models. *The American Economic Review*, v. 47, n. 6, p. 884–912, 1957.
- SAMUELSON, P. A. Understanding the Marxian notion of exploitation: a summary of the so-called transformation problem between Marxian values and competitive prices. *Journal of Economic Literature*, v. 9, n. 2, p. 399–431, 1971.
- SHAIKH, A. The empirical strength of the labor theory of value. In: BELLOFIORE, R. (Ed.). *Conference proceedings of Marxian economics: a centenary appraisal*. London: Macmillan, 1998. Disponível em: <<http://www.ehu.es/Jarriola/Docencia/EcoMarx/EcoMarx%20frances/labthvalue.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2016.
- SMITH, A. *A riqueza das nações: investigações sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- SRAFFA, P. *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- UNO, K. *Principles of political economy: theory of a purely capitalist society*. Sussex: Harvester Press, 1980.